

Para uma Análise das Classes Sociais*

Christian Azais

Paola Cappellin

Algumas Questões Preliminares

No Brasil, muitas vezes apontado como o país emblemático por seu processo de modernização, a exigência de aprofundar o conhecimento das classes sociais se faz urgente apesar das profundas modificações no contexto econômico produtivo não evidenciarem o sucesso da “democracia participativa”, não atenuarem os antagonismos entre a classe capitalista e o proletariado, nem cancelarem tampouco os contrastes e as disparidades. Essa exigência é renovada justamente nos anos em que a recessão econômica e as mudanças institucionais estão mobilizando as forças políticas e os observadores engajados. A reflexão a respeito das contradições criadas e recriadas pelo peculiar tipo de desenvolvimento que se adota no Brasil revitaliza algumas críticas à tendência à polarização burguesia *versus* proletariado.

A revisão dessa clássica interpretação incentiva de fato o debate em torno dos processos que à primeira vista parecem estar em curso apenas em algumas “ilhas” deste imenso País. Mas, para os que quiserem ter uma visão panorâmica de todos os mecanismos que generalizam ou especificam as disparidades para o território brasileiro, torna-se mais uma vez necessário repensar a convivência da contradição cujo ritmo e características acentuam o nível fragmentado diferenciado do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, seja no Sul, seja no Nordeste.

Em relação ao Nordeste, nesses últimos anos as mudanças ocorridas parecem solici-

tar sempre uma interpretação mais explícita que integre a conexão entre a reestruturação econômica, as transformações da estrutura social e os processos políticos. A este respeito algumas evidências podem ser lembradas: a concentração dos investimentos; a crescente distância entre as taxas de urbanização e industrialização e entre oferta e demanda de mão-de-obra; a emergência de segmentos qualificados profissionalmente ao lado de uma vasta população urbana e rural ainda marginalizada dos padrões de especialização; e, finalmente, a convivência de profundos desníveis de produtividade entre setores e ramos econômicos. Esses são alguns dos indicadores utilizados para apontar a década de 1980 como a “década perdida.”¹ As repercussões políticas desses fatos aproximam sempre mais o Nordeste do resto do País, no sentido de que não destoa da imagem complexa da realidade nacional. Poderíamos sublinhar que no cenário das relações políticas há também transformação nos indicadores de participação. De um lado, as concepções sindicais e formas de representação político-partidária democráticas convivem lado a lado com as tradicionais práticas de controle ou atrelamento às forças conservadoras, o que paralelamente é um convite a uma reflexão sobre o conteúdo do conceito de “democracia”. De outro, a emergência da mobilização de setores populares e as formas de cooptação em projetos populistas não parecem depender de uma separação nítida entre a realidade agrária e a urbana.²

Se essas observações são verdadeiras, algumas questões se colocam: qual é a natureza das contradições em relação às tendências apontadas? Através de quais processos está se realizando a formação das classes? Quais são seus mecanismos de agregação e quais os de diferenciação? Sob quais condições as contradições se traduzem em conflitos sociais? Que formas estes assumem? Enfim, quais são os interesses objetivos reconhecíveis nos sujeitos políticos e em quais objetivos estes se expressam?

O objetivo destas notas é alimentar o debate a respeito do estudo das classes, evidenciando algumas premissas teóricas elaboradas por autores que tiveram como preocupação básica repensar a tendência à polarização. Se é verdade que na sociedade brasileira essa tendência é sempre mais real, é também verdade que o desenvolvimento complexo, anteriormente exemplificado, provoca a formação e a contínua reorganização de uma variedade de segmentos sociais que, mesmo tendendo a um ou ao outro pólo, não se identificam com eles. Como abrir o campo analítico para inserir, por exemplo, os segmentos médios e o subproletariado que muitas vezes não se enquadram na configuração clássica das classes fundamentais e, conseqüentemente, da análise política? Às vezes eles desaparecem, visto que a tendência à polarização é ainda hoje parte do nosso referencial teórico e político; em outras, aparecem inseridos no proletariado. Neste último caso, a inclusão se justifica pelo impasse terminológico da definição do próprio proletariado.

Acreditamos que essas dificuldades advêm seja da não-renovação teórica da definição conceitual de classe e de proletariado, seja da dificuldade de romper com o determinismo estrutural de categorias produzidas pela teoria econômica. Estes aspectos serão objeto de discussão nesta resenha bibliográfica; percorreremos a literatura nacional e internacional destacando as contribuições que têm como preocupação reavaliar essas dificuldades, problematizando-as à luz da renovação da teoria das classes.

São historiadores e sociólogos como Thompson, Hobsbawm, Anderson e Laclau que procuram resgatar a individualidade, a subjetividade dos agentes sociais, e se contrapõem à vertente estruturalista, abrindo horizontes promissores. Da mesma forma que historiadores e sociólogos dialogam, economistas e sociólogos participam desta tentativa de renovação conceitual e elaboram uma reflexão enfatizando a dinâmica das relações sociais, no caráter multidimensional da estrutura social em que indivíduos não abstratos estão inseridos (Przeworski, Offe, Sabel, Calza Bini, Maruani, Lobo). Tal apreensão abre um caminho teórico para o surgimento de uma nova disciplina, a sócio-economia.

Classe Operária e Proletariado: Os Limites das Determinações Econômicas Estruturais

Na teoria marxista há um conjunto de autores que problematizam, para o estudo das classes sociais, as interligações dos elementos econômicos, políticos e ideológicos que operam como condições ou "limites" das transformações das classes. Essa vertente não tem a preocupação de reafirmar a ortodoxia dos postulados exclusivamente econômicos mas sim a de enfatizar sua revisão reintroduzindo as múltiplas formas a partir das quais as lutas organizam, desorganizam e reorganizam as classes.

Este é um percurso analítico que alimenta a discussão nas Ciências Sociais: história e sociologia. O diálogo entre a história social e a história econômica representado respectivamente por Thompson e Hobsbawm, delinea a importância de nossa primeira questão: qual o estatuto, na formação histórica da classe operária, das relações entre a economia e as práticas sociais?

O confronto das interpretações de Thompson e Hobsbawm nos parece oportuno, visto que a reflexão supera uma simples divergência historiográfica e se preocupa em dimensionar a primazia da base estrutural das relações econômicas na constituição da classe operária. Thompson (1979:296), em uma entrevista realizada em 1976 por Mer-

rill, aponta que a historiografia contemporânea até então se concentrava na ênfase das determinações materiais. Eram a energia a vapor e o sistema industrial, ou as dimensões demográficas e geográficas os eventos fundadores da transformação das relações sociais capitalistas. O afastamento da história econômica e da *Ecole des Annales* se realiza, assim, pela preocupação de Thompson em inserir uma reflexão de tipo cultural e moral abordando uma rede mais complexa de significações. São as relações humanas, ou mais especificamente as experiências, que dão vida à ruptura teórica na análise do processo histórico. O enriquecimento se dá então não só por uma substituição de objeto mas, também, pela especificidade dentro da qual os condicionantes materiais se “moldam em formas culturais”.

Na controvérsia com a abordagem althusseriana, Thompson explicita sua distância da visão que prioriza os acontecimentos onde não têm parte ativa os indivíduos, suas práticas, suas vontades e intenções. Sua abordagem, ao contrário, dá vida a uma história onde a natureza multiforme das relações sociais é realizada pelos sujeitos. Assim, o autor expõe sua crítica ao materialismo mecânico: “a solução oferecida por Althusser afasta a agência humana da história, que se torna então um processo sem sujeitos. Os acontecimentos humanos são o processo, mas a prática humana em nada contribui para esse processo. O processo é o destino” (Thompson, 1981:102). A crítica da abordagem estruturalista da história realizada por Thompson aponta para duas expulsões: “a expulsão da agência humana e a expulsão do tempo histórico ou processo (*idem*: 104). A adesão ao historicismo, enquanto ênfase dada às práticas humanas, ressalta a primazia dos sujeitos. São os indivíduos, com suas atribuições e práticas, os sujeitos da história.” Homens e mulheres, em relações produtivas determinadas, identificam seus interesses antagônicos e passam a lutar, a pensar e a valorizar em termos de classe: assim, o processo de formação de classe é um

processo de autoconcepção, embora sob condições que são dadas” (*idem*: 121).

A gênese da classe operária advém da articulação entre ação e condicionamentos como bem afirma Anderson (1980). O esforço analítico do pesquisador se dirige então à observação dos eventos “dísparos e aparentemente desconectados, tanto da matéria-prima da experiência como da consciência” (Thompson, 1987:9).

Cabe aqui apontar algumas das potencialidades que esta perspectiva explicita. Não são as condições de exploração econômica, nem tampouco as formas de subordinação no processo de trabalho que compõem a matéria-prima da formação das classes, mas sim o conjunto das experiências. A *experiência* tem um lugar central pela força conceitual a ela atribuída. Possibilita fugir da ênfase da estrutura e, conseqüentemente, faz do processo o seu cenário. No decorrer do livro *A Miséria da Teoria*, Thompson desenvolve esta proposta respondendo à posição althusseriana.

Anderson (1980:28), ao reconhecer a originalidade da elaboração desta categoria, sublinha que há, na obra de Thompson, uma multiplicidade de definições que oscilam entre a experiência como “reação subjetiva”, isto é, resposta mental e emocional aos fatos objetivos dentro da consciência, como “elaboração para produzir ela mesma uma resposta cultural de classe” e, finalmente, como “sentimento”. A abertura para estas três possibilidades, sem dúvida, manifesta o esforço para contrabalançar o peso da determinação das estruturas sobre a subjetividade.

A renovação conceitual de Thompson atinge também a visualização do contexto onde se realizam as experiências. Ao manter viva e necessária a articulação entre ação e condicionamento, reformula-se o peso do “princípio de co-determinação”. Desta perspectiva, fica claro um alerta metodológico para o significado heurístico de classe: a concepção analítica de processo em transformação reforça a ênfase em estender o tempo histórico de observação. Isto é, as condições onde se situam as experiências exigem a observação de “um considerável período histórico”.³

A ampliação temporal é importante porque oferece ao pesquisador, em termos de roteiro de investigação, outra interessante mediação: a identificação dos limites que se impõem à ação das classes em oposição. Assim como “não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses”, também não podemos tornar independente o processo de formação de uma classe em relação àquele que inclui outras classes. Desta forma, a experiência comum, partilhada ou herdada, fomenta a identidade e o conflito, criando as fissuras, as contradições entre os agentes históricos. É neste processo — que se prolonga no tempo e que envolve diferenciações — que a classe se forma no seu duplo sentido: interna e externamente a ela mesma.

A originalidade metodológica da escolha temporal — os séculos XVIII e XIX, épocas habitualmente apontadas como contrapostas (Anderson, 1980: 1) — suscitou na historiografia contemporânea um debate profícuo, que inicialmente enriquece os diferentes indicadores no sentido de datar a constituição da classe operária. Além dessa renovação das fontes e dos registros históricos, contribui, em outro sentido, para os nossos propósitos de discussão metodológica apontando para as distinções na natureza e no caráter desses indicadores. Para melhor compreender esta afirmação é necessário nos reportarmos ao artigo publicado em 1981, na Inglaterra, por Hobsbawm intitulado “O Fazer-se da Classe Operária, 1870-1914” (Hobsbawm, 1987: 273). O autor acentua a emergência da formação da classe enquanto coletivo social e institucional. Isto é, sua interpretação sublinha historicamente as ações cuja repercussão se insere no tecido de visibilidade pública, nas formas organizativas e de aglutinação, na elaboração de uma linguagem política, no diálogo entre as lideranças e os representados. Hobsbawm se preocupa em apontar o que há de mais característico nas manifestações do reconhecimento institucional da política. As classes trabalhadoras se aglutinam, assim, em

classe trabalhadora; de substantivo plural emerge como substantivo singular.

Tendo em vista nossa preocupação com os limites das análises que consideram as dimensões estruturais — neste caso econômicas — como substrato explicativo, parece-nos que Hobsbawm aponta, nas expressões políticas elaboradas, aquelas de natureza coletiva, enfatizando assim a institucionalização do político. A subjetividade tem novas conotações, suas manifestações se transformam em demonstrações do coletivo. Esta transformação se realiza interna e externamente no tecido social e institucional. Deve haver então uma ruptura necessária que transparece, uma marca de distinção nas ideologias, na organização entre os pequenos mundos e o fenômeno nacional. Ou seja, é perigoso projetar continuidades: o cartismo, o socialismo de Owen, nada tem a ver com o pós-cartismo, com o socialismo de 1880. Assim, a saída da história econômica realiza-se pela história política, graças à força de “um ponto de referência no mapa da classe” (*idem*: 280) ou pela evidência de um padrão nacional único, claramente estandardizado, seja este encontrado na vida cotidiana (ambiente físico, estilo de vida, de lazer) ou na consciência.

Acreditamos poder destacar um percurso teórico: *a constituição da classe operária*. Não só a subjetividade se veste de outra roupagem, mas ela emerge de um processo que tem origem distinta. Isto é, se em Thompson há um interesse teórico em manter sempre a experiência como marca do diálogo entre a subjetividade e os condicionantes, em Hobsbawm é a nova economia industrial que afeta as classes trabalhadoras, institucionalizando-as em classe trabalhadora. Enfim, para ele a caracterização histórica passa pelo jogo das determinações sobre a ação e esta transformação se realiza, toma corpo por causa da visibilidade adquirida e pelo reconhecimento coletivo conquistado.

A proletarização é outro conceito que sofre nova problematização, mais uma vez vinculando sua significação à revisão das determinações. A polêmica sobre o nascimento da classe operária abre espaço agora para os

proletários. Esta mudança não é terminológica; sublinha-se o peso da prática política. Aqui, o confronto é entre a visão determinista e a voluntarista frente à capacidade desse conceito possibilitar a filiação de classe dos diferentes trabalhadores agindo politicamente. O interesse em romper com essas duas visões é, grosso modo, o início da reflexão de Przeworski que encontra eco na literatura sociológica, no final dos anos 1970.

Acreditamos que esta retomada da discussão sobre o peso, na construção conceitual, das determinações estruturais e mais especificamente das econômicas, tem efetivamente novas conotações. Não podemos deixar de mencionar algumas características que imprimiram marcas profundas na sociedade contemporânea. As transformações e a estrutura de classe desenvolvida não são mais dirigidas exclusivamente pela grande indústria; tampouco a classe operária é o único agente político que dinamiza as lutas da classe trabalhadora. O desenvolvimento das forças produtivas materiais, diversificando as práticas produtivas, ampliou também as diferenciações na mão-de-obra entre o trabalho qualificado e o trabalho precário, entre emprego industrial e terciário. Mais ainda, o questionamento, a mobilização política e a luta social fazem emergir novos agentes com novas questões. Então, o que é significativo se repensar para a contínua organização, desorganização e reorganização das classes? É a base material das relações de produção, isto é, são os lugares no sistema produtivo clássico, que oferecem o padrão da formação das classes? Os elementos básicos que construíram o conceito de proletariado se mantêm hoje como fontes explicativas?⁴ Este questionamento é ainda mais instigante se visualizarmos os agentes coletivos que dinamizam as lutas sociais, políticas e ideológicas, mesmo quando eles permanecem fora da clássica classificação polarizada: as mulheres da classe média, os estudantes, os consumidores, os protestantes etc.

O conceito de classe é assim problematizado: “de que forma uma coleção de indivíduos-ocupantes-de-lugares se torna uma co-

letividade-em-luta pela realização de seus interesses objetivos?” (Przeworski, 1977: 8). A esta pergunta o autor quer dar um encaminhamento que não reproduza as duas visões, a determinista e a voluntarista. A primeira visão apontaria a tendência, quase inevitável, de que as relações de classe (no sentido clássico da referência à luta polarizada) teriam expressão ao nível das práticas produtivas e da formação da consciência. Como ele próprio aponta, os interesses objetivos, tanto materiais (por exemplo, o salário) quanto aqueles a longo prazo (por exemplo, no socialismo) “são imputados aos indivíduos enquanto portadores, personificações de lugares objetivos” (*idem*: 7). A determinação age, assim, de *maneira unívoca* pelas posições objetivas ocupadas. A subjetividade entendida através das expressões ideológicas — as visões de mundo, as aspirações, os sentimentos dos atores, ou, retomando a contribuição de Thompson, a força das experiências — tem um espaço extremamente reduzido, já que tais expressões poderiam, no máximo, agir como aceleradores.

A segunda visão, a voluntarista, responderia apontando a ênfase da centralidade política dos partidos, únicas instituições organizadas capazes de superar a consciência de caráter reformista ou sindicalista. A polarização dessas visões é radical: de um lado, está a linguagem das estruturas objetivas de dominação, as relações de força realizadas pelas relações de produção e, conseqüentemente, os limites estariam nas práticas produtivas. De outro, está a luta, a ação, a mobilização, encaminhadas pela força do sujeito político unificado: o partido.

Esta segunda visão é problematizada por uma vasta literatura sociológica que escolhe como campo temático os movimentos sociais. Lembramos, a título de exemplo, a revisão realizada com muita propriedade por Laclau (1986) no momento em que se menciona a superação do espaço político unificado. Para o autor, hoje em dia o político não explicita as representações de interesse como decorrência da politização das relações de produção. Houve o colapso do para-

digma do século passado pelo qual a posição nas relações de produção fornecia automaticamente as determinações necessárias à identidade, na representação dos interesses. O político hoje se *autonomiza*. Perde-se a unidade sincrônica dos laços entre as identidades (produtor, consumidor, agente político). Fala-se da ruptura da categoria *sujeito* enquanto unidade racional e transparente que transmite um significado homogêneo para o *campo total da conduta do indivíduo*.⁵

Esta ruptura de paradigma oferecida por Laclau não é compartilhada, nas suas últimas conseqüências, por Przeworski. Ele mantém a classe como resultado de lutas contínuas numa multiplicidade de formas. Mas, é explícita a necessidade de individualizar algum modelo para a estruturação do processo de formação das classes, assim como permanece viva a necessidade de encontrar parâmetros objetivos para sua identificação. A clássica divisão dicotômica entre proletariado e burguesia se desloca na medida em que há, no tecido das relações sociais, uma multiplicidade de práticas — políticas, ideológicas e econômicas — que ao se manifestarem, enquanto lutas, envolvem um conjunto diversificado de agentes e grupos sociais (Przeworski, 1989: 100). Estas lutas “*assumem formas particulares dada a organização das relações econômicas ideológicas e políticas*” (Przeworski, 1977: 13). Neste sentido, em todo e qualquer conflito pode ser ressaltado algum elemento que o estrutura. Nas relações políticas e ideológicas há condicionantes que as tornam objetivas, sem por isso recuperar a clássica referência às relações de produção. Abre-se espaço para novas expressões, assim como para novas identidades. Por exemplo, a democracia parlamentar, o sufrágio universal e a luta eleitoral ressaltam a identidade dos indivíduos em cidadãos e não em trabalhadores.

A visão não hierarquizada, a ênfase nas relações políticas e ideológicas e seu distanciamento com as relações e lutas econômicas é importante. É uma característica da construção teórico-analítica do autor. Com isso emerge a possibilidade de ampliar os parâ-

metros ou, como ele mesmo aponta, as *placas de identificação* (idem: 18). Como então são redimensionadas, neste contexto amplo, as relações de produção no que se refere à contínua modificação das classes? Estas são elementos estruturantes das práticas, das lutas de classe? Algumas passagens nos parecem relevantes para o entendimento da contribuição de Przeworski.

As classes não se formam aleatoriamente, isto porque há uma natureza objetiva das relações, sejam elas políticas ou ideológicas, que podem redefinir os lugares-a-serem preenchidos pelos seus portadores; a classe realiza um duplo vínculo com a história.⁶

Finalmente, a classe é o *único conceito* que é isomórfico em relação às categorias de lugares na prática de produção. O isomorfismo da classe renova sua centralidade enquanto conceito, na medida em que é por meio das lutas que é possível o levantamento e a inteligibilidade dos sujeitos históricos a respeito das categorias de lugares vazios nas práticas de produção. Esta capacidade é importante porque vai subordinar a análise das posições nas relações de produção a *efeitos das práticas orientadas em direção à formação das classes*. Finalmente, os lugares nas relações de produção são ainda referências objetivas, mas a partir de agora, só se tornam legítimos os projetos políticos.

Lutas “Sobre” as Classes e Luta “Entre” as Classes

Por relutarmos em aceitar o cenário econômico como único quadro de referência do processo de formação das classes, interessa-nos apontar os percursos analíticos que fortalecem o redimensionamento de seu caráter exclusivo de explicação no bojo da transformação das classes. Esta preocupação não é certamente uma novidade no debate teórico nas Ciências Sociais.

Uma das primeiras maneiras de explicitar este desafio foi apontar a perspectiva de ver a emergência do capitalismo como um processo complexo que inclui um duplo movimento: a diversidade da destruição de algumas categorias de trabalhadores e a paulatina criação de outros segmentos. Diluem-se,

assim, os significados explícitos das dimensões econômicas e a homogeneidade interna às classes. Lembramos como Engels apontou a emergência do capitalismo pela *concorrência*, expressão mais acabada de múltiplas diferenciações. Esta dinâmica envolvia a alteração da estrutura de lugares nas relações de produção. Mas, também, se expressava pela confrontação entre tradições culturais implícitas nas práticas produtivas e nas condições de sobrevivência. “Esta guerra pela vida, pela existência, por tudo, e que, dadas as circunstâncias, pode ser uma guerra de morte, põe em luta não só as diferentes classes da sociedade, mas também os diferentes membros dessas classes” (Engels, 1975: 113).⁷

As dimensões culturais transparecem, dão objetivos às formas de sociabilidade e se tornam agenciadoras de práticas em defesa ou de resistência à avalanche capitalista. Estas podem agir, então, como parte ativa na construção da diferenciação interna e externa às classes. Poulantzas é um dos autores que se deteve nessas dimensões, oferecendo-nos um caminho analítico para a inclusão dessas práticas, na medida em que podem agir alterando a subdeterminação econômica de uma classe. O aparecimento de grupos como forças sociais é, sem dúvida, um recurso teórico renovador da perspectiva estrutural por admitir algumas alterações que não se refletem na fácil correspondência entre a posição na estrutura econômica e a ação política. A denominação de alguns segmentos enquanto “forças sociais” (os intelectuais, a burocracia etc.) é uma das possíveis rupturas de um quadro típico de transformações. O reconhecimento dessa defasagem numa formação social se faz graças aos *efeitos pertinentes*. Assim, um grupo enquanto força social pode emergir politicamente pelo fato de que as relações de produção, ou o lugar no processo de produção, não se *reflete* mecanicamente em outros níveis. Os “efeitos pertinentes” agem, então, como um recurso teórico para deslocar os limites dos níveis estruturais. Isto é, um grupo “subdeterminado economicamente” pode agir na constituição das alianças, na prática de resistência, enfim,

pela ação no cenário político. Esta possibilidade leva o pesquisador a descobrir “em qual conjuntura concreta de uma situação histórica concreta” esta pertinência pode se refletir “em modificações do campo de luta político-ideológica de classe”. É a modificação de representação de classe, é um deslocamento da contradição econômica para o quadro da luta política (Poulantzas, 1986:79).⁸

Numa perspectiva próxima a Poulantzas, Przeworski sublinha o questionamento sobre a capacidade da estrutura de lugares, nas relações de produção, não ser o único cenário das transformações. Este desafio é por ele sublinhado por causa da ênfase da descontinuidade da organização de classe. No capitalismo contemporâneo, a experiência baseada na renda, no caráter do trabalho, no lugar no mercado, no prestígio das ocupações, não transformam por si só uma identificação coletiva. As relações de exploração não determinam, tampouco mecanicamente, um padrão único de formação de classe. A diversificação interna à classe trabalhadora — resultado crescente do hiato entre a quantidade de força de trabalho disponível e a mão-de-obra necessária para a produção capitalista — é, para o ator, uma demonstração da complexidade das conexões entre os conflitos e a localização dos indivíduos no sistema produtivo. Embora se possa desenvolver o estudo das lutas concretas sem o recurso analítico das classes, Przeworski propõe manter este viés na medida em que ele ajuda a identificar as condições e as consequências objetivas de lutas concretas. Estas condições objetivas são as que tornam *possível* a emergência de um determinado conflito e que possibilitam visualizar a significação dos resultados. É este o caminho que torna viável a identificação das condições criadas como resultado de um conflito (Przeworski, 1989: 102). O avanço teórico é significativo porque recupera o chamado contexto das possibilidades sobre as quais estes conflitos, estes grupos e seus resultados emergem como alavancas de transformações. Segundo ele, “as condições objetivas determinam assim esferas de possibilidades, somente esferas de

possibilidades” (ibidem.). Este é o significado atribuído ao uso analítico da classe para o estudo dos conflitos. As lutas poderiam ser vistas sob outra ótica sem privilegiar as relações de produção. Os agentes concretos podem ter níveis diferenciados de renda, graus distintos de autoridade, tendo os mais variados objetivos (acesso à educação, reformulação de poder entre os sexos etc.). Esta sociedade é caracterizada por um complexo modelo de causalidade: as lutas agem, seja produzindo efeitos sobre as relações econômicas, políticas e ideológicas, seja afetando diretamente “a organização de classe das pessoas localizadas *diferentemente* no sistema produtivo” (idem: 109).

“Efeitos pertinentes” e “condições” são mediações que enriquecem a perspectiva analítica estruturalista. A individualização das forças sociais e de suas lutas cumprem então o papel de sublinhar as práticas, cuja expressão e dinâmica não estão incluídas diretamente na estrutura de lugares da sociedade contemporânea.

São mais que reconhecidos os limites de uma análise que tem como referência única a classe operária enquanto agente motor das mudanças das relações sociais. Manter fechada esta perspectiva significa concentrar a análise exclusivamente nos processos de formação da visão de mundo e do projeto político considerados como os mais elaborados entre os assalariados. Assim fazendo, porém, acaba-se subestimando as contínuas mudanças de emprego que às vezes possibilitam alternâncias ou passagens de práticas distintas de reprodução social. Mais ainda, a recondução contínua à classe operária inibe a apreensão das múltiplas formas sob as quais se renova a diferenciação social na classe trabalhadora. Se faz necessário, então, apontar algumas categorias analíticas que possibilitem acompanhar a emergência, a visibilidade, o declínio das diferentes relações de trabalho enquanto formas de reprodução social.

Mercado de Trabalho e Diferenciação da Classe Trabalhadora

O trabalho assalariado no capitalismo contemporâneo parece não ser a relação so-

cial fundamental devido a uma série de fatores: a desorganização das práticas de inclusão no trabalho; a diversificação dos atores em luta; e, finalmente, as múltiplas configurações de agenciamento dos conflitos. Estas manifestações interferem na significação social das práticas de produção. A consequência, na construção de conceitos e categorias analíticas, é que o trabalho assalariado perde a prerrogativa de se apresentar como *categoria-chave* da compreensão sociológica. Esta é a conclusão proposta recentemente por Offe para compreender as transformações emergentes na sociedade de capitalismo avançado (Offe, 1989).

Esta perda de centralidade contribui para fragilizar a ênfase explicativa do determinismo econômico. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que se assiste a um questionamento, no plano conceitual, da categoria trabalho, a política econômica em muitos países aponta a necessidade de reagir à alta taxa de desemprego. Com efeito, a reflexão sobre os limites das abordagens da Escola da Regulação, a análise sobre as formas de trabalho flexível, a transformação das intervenções estatais em termos de políticas públicas (“crise do Estado-providência”), o resgate da emergência dos movimentos sociais, são todos eles exemplos da procura de um novo eixo analítico e da consequente renovação temática.

A discussão sobre as práticas produtivas é reorganizada pela análise das interconexões, da superposição, das substituições e do revezamento entre trabalho e não-trabalho, emprego e desemprego.

Assim, pode-se dizer que o estudo sobre as condições de produção e de trabalho se revitaliza justamente por dialogar agora com a revisão da centralidade do trabalho e com a do vínculo ao assalariamento. Esta alteração implementa a ênfase no caráter da instabilidade, da mobilidade e da pluriatividade; está implícita, também, nesta perspectiva, a necessidade de renovar o uso da categoria “mercado de trabalho”. Ou seja, ela não é mais pensada como aquela que elucida a compra e venda da força de trabalho, onde

emerge a tendência ao equilíbrio pelo livre jogo das forças econômicas, nem tampouco como aquela em que se estruturam a posição dos lugares e, conseqüentemente, a alocação da mão-de-obra.⁹

Enquanto a teoria marxista via no comportamento individual a expressão de posição de classe, a teoria da “escolha racional” (ou do individualismo metodológico ou a economia neoclássica) o considerava como uma ação racional e “interesseira”, ou seja, movida por interesses pessoais. *O corpus* teórico de ambas as abordagens evoluiu, o que leva Przeworski a entender o marxismo como uma teoria da história, de “alguns processos regrados de reprodução e de transformação das relações sociais. As teorias da história fornecem explicações de seqüências de eventos ligados entre si. Permitem entender como certas instituições aparecem e de que maneira continuam funcionando, como alguns conflitos são resolvidos mas também como a sua resolução afeta conflitos futuros” (Przeworski, 1991: 79).

Utilizar o mercado de trabalho como instrumento de análise sociológica é possibilitar a ênfase dos contextos onde se realizam o confronto, a negociação, o consenso entre agentes sociais distintos. A problematização sociológica o vê como espaço rico em possibilidades e em oposições entre múltiplas estratégias que estão sendo elaboradas e usadas por grupos distintos. A análise do mercado de trabalho escapa assim da armadilha de ser uma fotografia, uma visão estática de um conjunto de organizações onde são alocados os trabalhadores e que funcionam como uma sucessão de equilíbrios estáticos. Situa-se na historicidade.

Nesta nova perspectiva analítica se engajam sociólogos, antropólogos, historiadores e os próprios economistas. O desafio é renovador no interior dessas disciplinas: “analisar sociologicamente o emprego é apreendê-lo como um objeto sociológico particular” (Maurice, 1987: 103). São inseridos nesses espaços os mecanismos que relacionam os destinos individuais, familiares, coletivos dos atores. São detectadas as inter-

venções institucionalizadas, as lutas políticas, as orientações jurídico-legais. Recupera-se, também, o significado da tradição, das representações ideológicas e da cultura política. Assim, o mercado de trabalho é conceitualizado como o “campo” onde se fazem e desfazem lutas e acordos específicos e gerais.

A imissão da perspectiva sociológica rompe com a leitura economicista da hegemonia do trabalho assalariado no mercado de trabalho. Esta nova leitura, que propõe uma apreensão diferente da articulação “trabalho/extra-trabalho”, é realizada pela literatura européia (principalmente italiana) desde 1975, quando se estuda as formas organizativas que se distanciam (seja por incapacidade ou por serem alternativas) da implementação do modelo de produção estandarizada e de massa. São os sociólogos, dialogando com os economistas, que recortam como objeto empírico e de reflexão teórica o desenvolvimento de regiões italianas onde a liderança dos grandes empreendimentos industriais não esgota o dinamismo econômico. Neste contexto a força e a ação sindical, no final dos anos 60, incentivam uma reestruturação industrial não fordista e não produzida unicamente pelos grandes grupos industriais do triângulo Turim-Gênova-Milão. Ali são viabilizadas algumas propostas de investimentos que recuperam tradições de vocação artesanal ou manufatureira e a versatilidade da unidade familiar do campesinato. É sobretudo a partir do estudo das regiões do Centro e do Nordeste da Itália (a “Terceira Itália”), regiões onde os processos de industrialização assumem estas características muito peculiares, que floresce o interesse em recuperar o conceito de mercado de trabalho como conexão entre a cultura econômica e política.

Para entender a literatura italiana não podemos esquecer três condicionantes estruturais que agem como pano de fundo. É um país recém-unificado (há pouco mais de um século) e portanto onde os particularismos regionais são determinantes da configuração do espaço produtivo; é, também, um país que historicamente sempre manteve vastas

parcelas de população marginalizada da integração urbano-industrial em seu território, território este, no entanto, coberto, nas suas regiões do Centro e do Nordeste, por um tecido urbano denso.¹⁰

Outrossim, na Itália as lutas sindicais no final dos anos 60 incentivaram, como resposta empresarial, a reconversão industrial pela chamada "industrialização difusa" ou "descentralização produtiva" com uso maciço do trabalho flexível e a generalização da prática da subcontratação.¹¹

Em síntese, é a vontade de problematizar o entendimento da crise do pleno emprego e a busca de avaliar os possíveis riscos do uso da força de trabalho por parte das estratégias empresariais que exige, no início dos anos 80, a revisão do mercado de trabalho como conceito mediador para a análise do assalariamento.¹²

Afasta-se também a visão segundo a qual a estrutura de lugares se impõe aos indivíduos, assim como aquela da aproximação sócio-psicológica da estratificação. As ações dos indivíduos não podem ser tomadas como determinadas pelas suas posições de classe. Torna-se indispensável distinguir os estudos sobre os indivíduos daqueles sobre as coletividades e submeter à crítica a atribuição do estatuto de ator coletivo ao capital, à classe operária ou ao Estado para verificar se a ação coletiva é coerente com as racionalidades individuais (Przeworski, 1991:81). Neste contexto, as relações de força entre compradores e vendedores de tal forma vitalizam as contradições que a racionalidade do equilíbrio e a eficiência são permanentemente colocadas em debate. O confronto e as recíprocas influências, no plano político e ideológico, entre oferta e demanda supõem tensões, ações de defesa, de alianças onde o Estado é mediador ativo.¹³ Os agentes econômicos se transformam em atores com distintas prerrogativas, ambições, aspirações que alimentam a elaboração de suas estratégias, de seus diversos projetos. Este conjunto diversificado de recursos de ação, inseridos no mundo do trabalho, possibilita reconhecer os trabalhadores como agentes que atuam de manei-

ras diferentes, questionando ou se adaptando ao modelo de organização produtiva, elaborando e renovando as práticas de reprodução social. Manter-se dentro ou fora do mercado de trabalho operário industrial são possibilidades históricas decorrentes de relações sociais dinamizadas pela alternância entre conflito e cooperação entre atores sociais. Sabel aponta alguns elementos dessa pista analítica: "As lutas sociais, incluindo os conflitos nas fábricas, desempenham um importante papel na determinação da forma em que está organizado o trabalho, mesmo que não seja como implicitamente se havia imaginado. Frequentemente a mudança (na reorganização do trabalho) parece provir não de concessões a demandas diretas, mas das tentativas dos empresários de recuperar o *control*e de uma mão-de-obra indisciplinada. O conflito entre a estratégia dos trabalhadores e a estratégia contrária dos empresários pode dar lugar a transformações que nenhuma das partes previu" (Sabel, 1985: 14). O estudo das diversas propostas de reconversão industrial na Europa, em plena crise do modelo fordista, incentiva este autor a ver a divisão do trabalho não como um limite às possibilidades de transformação, mas sim como resultado de um "complexo conflito de pontos de vista sobre a sociedade respaldados pelo poder econômico e político" (*idem*: 15).

As relações de produção são finalmente problematizadas graças à ênfase na dinâmica das relações sociais. É o reconhecimento efetivo de que os indivíduos estão inseridos em diferentes tipos de relações com outros indivíduos no seio de uma estrutura social que pode ser representada de maneira multidimensional (Przeworski, 1991: 96). Com isto consegue-se ultrapassar tanto a visão insatisfatória de duas classes "prontas a atuarem" como a de indivíduos abstratos. As formas de organização produtiva podem ser observadas nos diferentes empreendimentos industriais como resultado de uma herança cultural que pode originar-se, por exemplo, no trabalho agrícola, no tipo de imigração, na estrutura familiar predominante, além de, é claro, na intervenção estatal. São as especi-

ficidades culturais regionais que contribuem para a emergência das formas de emprego e de empresas. Os estudos sobre a Itália auxiliam em grande medida esta perspectiva.¹⁴ As diferenças regionais observadas se inscrevem num sistema de interações sociais que produzem as diferenças e são a marca da especificidade do mercado de trabalho. Com efeito, esses estudos mostram a combinação entre a organização da produção fabril e a dinâmica das relações sociais advindas, entre outras, da agricultura e do artesanato. Calza Bini (1989) enfatiza o entrosamento entre a organização industrial e as características sócio-culturais forjadas historicamente. Estas formas não se limitam ao aspecto da organização da produção, mas fazem referência à presença, num determinado território, de uma “sinergia de socialização cultural”, isto é, dos diferentes componentes que concorrem para a emergência de formas de emprego e de empresas constituídas sobre bases históricas preexistentes.

A erosão da visão econômica é, assim, assumida como um fato necessário quando se quer realizar estudos regionais do mercado de trabalho. Neste caso, a especificidade emerge como fruto da originalidade das condições endógenas, isto é, dos recursos culturais, institucionais e históricos recuperados pelos atores para a viabilização das práticas produtivas.¹⁵ O leque da diferenciação, sua sedimentação e transformação no tempo compõem as lógicas do patrimônio de recursos disponíveis nas realidades locais.

Gostaríamos de evidenciar, por último, um outro grupo de autoras que se distanciam da análise da intervenção das estruturas no estudo do mercado de trabalho. O campo temático por elas escolhido é relativo à sexualização das relações de trabalho. Maruani (1985), Scott (1990) e Lobo (1991) introduzem a problematização das relações de *gênero* no mundo do trabalho. Ao adotar esta perspectiva, elas reforçam a necessidade de transformar os agentes econômicos em atores sociais. Cada segmento social, ao lado das estratégias orientadas pela racionalidade econômica que o vinculam à produção, apre-

senta-se socialmente, age e elabora imagens, representações, símbolos e valores. O mercado de trabalho representa, então, o conjunto de relações sociais e não exclusivamente a estrutura de lugares. É nesse contexto que toma corpo o interesse em identificar e preencher o vazio deixado pela economia no que diz respeito à análise sociológica do emprego. Maruani chega a propor uma sociologia do emprego como vertente que cobriria esse “espaço virgem” do estudo das diferenças, das relações de força e de poder entre homens e mulheres. Para esta autora, a relação com o emprego se diferencia da relação com o trabalho, entendido no sentido de profissão. A distinção entre estes dois conceitos evidencia o engajamento dos indivíduos homens e mulheres na atividade profissional. Isto é, em decorrência da intervenção da subjetividade é possível separar a maneira como as pessoas se relacionam com o *trabalho* no que diz respeito às questões de salário, hierarquia, promoção, carreira, profissionalização, condições de trabalho, daquela relação que têm com o *emprego*, que engloba o problema do acesso e as modalidades de entrada no mercado tais como: atividade/inatividade; trabalho/desemprego; precariedade/estabilidade. É neste último conceito que estão incluídas as opiniões, as atitudes frente à busca, à interrupção ou à retomada da atividade profissional: “Não amar o próprio trabalho não significa recusar ter um emprego”. Assim, para Maruani seria necessário não confundir, menos ainda abandonar, a reflexão sobre as contradições entre esses dois termos.¹⁶

Lobo (1991) realiza uma revisão bibliográfica, um “itinerário” dos estudos sobre o trabalho feminino detectando as problemáticas e os conceitos que guiam a produção da sociologia do trabalho no Brasil. Suas conclusões são próximas da nossa problematização, na medida em que se torna a mencionar o abandono da perspectiva estrutural-econômica e enfatizar a importância de resgatar a subjetividade dos atores no campo analítico da sociologia do trabalho. A categoria *gênero* é, assim, um recurso essencial para avan-

çar na análise das representações simbólicas, das linguagens não neutras de classe e do trabalho.

Considerações Finais

Recuperar algumas das contribuições para a crítica das determinações estruturais numa análise de classe foi o nosso objetivo principal, desenvolvido de modo a evidenciar a multiplicidade dos percursos que compõe a análise de classe. Foi necessário uma revisão histórica para reconsiderar a disparidade de elementos que haviam sido escamoteados em uma redução interpretativa. Neste contexto o esforço de autores como Thompson e Hobsbawm é válido. Não se trata de uma crise de conceitos pelo fato de terem sido elaborados no século passado, mas sim da premência em qualificar a emergência do capitalismo face à ruptura do feudalismo. A “expulsão das práticas humanas” pela ênfase nas inovações das forças produtivas fortaleceu o peso das dimensões estruturais. Neste sentido, a dificuldade é muito menos de transferência histórica do que de construção de um modelo analítico. A nova historiografia procura então reformular o quadro dos componentes analíticos articulando “ação e condicionamento” por meio da reformulação do princípio de co-determinação.

As expressões “classe trabalhadora” e “proletariado”, fruto das modificações do século XIX, sofreram um desgaste com o passar dos tempos; elas não podem ser retomadas *ipsis litteris* para caracterizar a complexidade das sociedades contemporâneas. Este segundo desafio diz respeito às formas atuais que tornam complexas as próprias bases do desenvolvimento do capitalismo que não realizou a pretensa polarização burguesia vs. proletariado. A diversificação das práticas produtivas, a mobilização política e a luta social abrem novos desafios para a análise das relações sociais. De Przeworski a Offe sublinha-se como a referência às relações de produção, no seu significado estrito, empobrece a análise do jogo da formação das identidades e expressões sociais em fase de elaboração. Justifica-se, portanto, o esforço em dar

uma nova amplitude ao conceito de **trabalho** abrindo-se o leque para a inclusão de mediações que o enriquecem.

As dimensões institucionais, históricas e culturais que completam a análise do trabalho assalariado ajudam a integrar à prática econômica a ação dos agentes. A heterogeneidade e a flutuação econômica dos anos 80 sugerem que se insira a especificidade do trabalho assalariado num contexto mais amplo das alternativas possíveis de *mise au travail* que rompem, mais uma vez, com a visão simplificada das dicotomias trabalho/não-trabalho; emprego/desemprego; produção/reprodução.

Recuperar da literatura econômica a categoria **mercado de trabalho** e renová-la, graças à problematização das relações sociais, responde à exigência de dar conta das transformações mais recentes no mundo do trabalho. Ao desestruturar a primazia de sua explicação macroeconômica (tradicional), o mercado de trabalho dá outro alento à análise das relações sociais que têm no espaço local ou regional possíveis aberturas.¹⁷

Outras categorias como “forças sociais” e “gênero” resgatam a intervenção das relações de poder pelo destaque dado ao político na sua capacidade difusa de agenciamento; a “sinergia da socialização cultural” aponta sob qual formação cultural as relações econômicas atuam na configuração dos mercados de trabalho.

Estas notas bibliográficas que ilustram a necessidade de se rever a interpretação da polarização das classes foram inspiradas pela observação dos processos reais ocorridos no Nordeste e, estamos certos, serão frutíferas para a interpretação da configuração das classes nesta região, dada a heterogeneidade e a alta fragmentação de sua organização produtiva e das relações entre Estado e sociedade civil ali desenvolvida.

(Recebido para publicação
em outubro de 1992)

Notas

- * Este texto é fruto de reflexões desenvolvidas quando da nossa participação no grupo interinstitucional de pesquisa Relações de Trabalho — Relações de Poder, grupo este que congregou, de 1986 a 1989, pesquisadores do Nordeste e do Norte do País.
1. Entre os autores que analisam a década 1980/1990 podemos citar Saboia (1991). Esta expressão “década perdida” tem limites evidentes em razão de se referir apenas ao aspecto econômico. Com efeito, os indicadores macroeconômicos pouco evoluíram, havendo até sinais de regressão nesse período. Isto para nós não significa que o mesmo aconteceria se usássemos o recorte político e social. A redemocratização e as forças sociais que hoje se verificam no cenário nacional brasileiro não podem ser simplesmente esquecidas.
 2. Ver Potengy (1986); Oliveira (1987); Sader (1988).
 3. Retomamos as próprias palavras do autor: “Evidentemente, a questão é como o indivíduo veio a ocupar este papel social e como a organização social específica aí chegou. Esta é uma questão histórica. Se determos a história num determinado ponto, não há classe, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas, se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas idéias e instituições. Pois estou convencido de que não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico (Thompson, 1987: 11).
 4. A insatisfação de Przeworski assim se expressa: “O conceito de proletariado era evidente por si mesmo para Marx e para os primeiros socialistas pelo fato de que nos meados do século XIX a conotação teórica do conceito de proletariado, definido em termos de separação dos meios de produção, corresponder exatamente ao conceito intuitivo de proletariado, concebido em termos de trabalhadores manuais, principalmente da indústria [...] Sabia-se porque os critérios concebíveis — a relação com os meios de produção, o caráter manual do trabalho, o emprego produtivo, a pobreza, a degradação — tudo coincidia” (Przeworski, 1977: 7).
 5. A renovação teórica de Laclau chega assim a propor a remoção da centralidade do sujeito: “A psicanálise demonstra que, longe de se organizar em torno da transparência do ego, a personalidade se estrutura em vários níveis, fora da conscientização e da racionalidade dos agentes. Logo em seus primórdios, o marxismo foi forçado a reconhecer a assimetria fundamental entre conscientização efetiva dos agentes e a que deveria ter correspondido a eles, de acordo com seus interesses históricos — embora a reação marxista a esta descoberta, em vez de conduzir a uma crítica do racionalismo implícito na noção de interesse, tivesse sido, pelo contrário, uma reafirmação destes últimos [...] A noção clássica de subjetividade foi removida. Ao invés de encarar o sujeito como uma fonte que forneceria um significado ao mundo, vemos cada posição de sujeito ocupando locais diferentes no interior de uma estrutura” (Laclau, 1986: 42).
 6. “De um lado, suas lutas têm o efeito de preservar ou transformar as relações sociais, inclusive as relações de produção. De outro lado, as classes constituem o único vínculo entre as relações de produção e os-atores-históricos-em luta” (Przeworski, 1977: 19).

7. Em *A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra* (1892) Engels elabora o primeiro esboço da teoria da população sob o modo de produção capitalista. Esta será sucessivamente desenvolvida por Marx no capítulo V de *O Capital*.
8. O autor assim reconhece a importância deste recurso teórico: "O que importa ver bem é que a existência de uma classe em uma formação supõe a sua presença ao nível político por *efeitos pertinentes* que, no entanto, não têm necessidade de se desenvolver até a organização política própria, estritamente falando, ou à constituição de uma ideologia própria desta classe" (Poulantzas, 1986:79).
9. Para uma revisão crítica da abordagem da origem econômica da categoria "mercado de trabalho" há uma vasta literatura de referência. A título de sugestão, lembramos Casassus (1981); Sabel (1985); Bagnasco (1988 a e b); Offe (1989).
10. Em razão principalmente da adoção do *Statuto dei Lavoratori*, em 1970. Ver a reflexão elaborada por Le Borgne (1991) e Azais (1992).
11. Oferecemos como orientação bibliográfica alguns estudos sobre a realidade italiana que já nos anos 70 apontava as disparidades regionais frente à implantação e o desenvolvimento da industrialização fordista. Lembramos Bagnasco (1977); Brusco (1975); Calza Bini (1976); Capecchi (1978); De Meo (1970); Frey (1974); Paci (1975).
12. Assim, Calza Bini delimita o novo desafio empresarial: "O problema da rigidez da força de trabalho se insere no contexto como custo menos variável de quanto tinha sido previsto pela teoria econômica sobre a base das regras sociais de classe, dos direitos civis bem mais limitados, das organizações sindicais bem mais frágeis e mais imaturas, de contextos sociais mais importantes [...] No mesmo momento, o fator trabalho chegando a ser mais fixo deve, como os outros fatores, ser avaliado pelos investimentos e pelos esforços sobre o plano da amortização e da obsolescência. Tudo obriga a que as empresas reduzam os efetivos de força de trabalho por estes apresentarem altos riscos de obsolescência, uma baixa produtividade, um frágil poder de reconversão e um potencial reduzido de valorização" (Calza Bini, 1989:52).
13. Pode-se pensar, por exemplo, no papel dos incentivos fiscais, das políticas de emprego e dos programas de intervenção e de investimentos.
14. Citamos, a título de exemplo, além da coletânea organizada por Maruani (1989), o artigo de Capecchi (1987).
15. O sociólogo Bagnasco (1977:110) reconstrói as práticas industriais da burguesia italiana meridional por meio dos mecanismos implícitos e da ação política da reorganização das ocupações. A gestão do trabalho precário e do desemprego são relações que caracterizam e que dão vida às práticas de produção e de classe na formação social da Itália meridional. Estas formas são suportadas pelas relações de clientela e pela construção da dominação que reformulam: o controle, a lógica especulativa fortemente concentrada no mundo político, o clientelismo no acesso aos subsídios e aos empregos público-administrativos.
16. Ver o capítulo "A Cegueira das Ciências Sociais" in Maruani (1985).
17. Lembramos entre as várias reflexões sobre a regionalização das relações sociais Gramsci (1977) e Oliveira (1977). A noção de "local" passa, então, a ser primordial por oferecer novas pistas ao entendimento do limite das análises macroeconômicas e um novo olhar sobre a articulação "trabalho/extra-trabalho" e, conseqüentemente, sobre o conceito de relação salarial.

Bibliografia

- Anderson, P.
1980 *Arguments within English Marxism*. Londres, Ed. NLB and Verso.
- Azaïs, C.
1992 *Systèmes Productifs Locaux Français et Districts Industriels Italiens: Éléments d'une Problématique à la Croisée de la Sociologie et l'Économie*. Université de Picardie, Faculté d'Économie et de Gestion, mimeo.
- Bagnasco, A.
1977 *Tre Italie: La Problematica Territoriale dello Sviluppo Italiano*. Bologna, Ed. II Mulino.
1988 "La Sociologia Economica", in *Dove Va la Sociologia Italiana?* Bari, Ed. Laterza.
1988a *La Costruzione Sociale del Mercato*. Bolonha, Ed. II Mulino.
- Brusco, S.
1975 "Organizzazione del Lavoro e Decentramento Produttivo nel Settore Metallmeccanico F. L. M. (a cura di)". *Sindacato e Piccola Impresa*. Bari, Ed. De Donato.
- Calza Bini, P.
1989 "Classes Sociales et Flexibilité", in M. Maruani; E. Reynaud E. e C. Romani (eds.), *La Flexibilité en Italie*. Paris, Ed. Syros/Alternative.
- Capecchi, V.
1987 "Formation Professionnelle et Petite Entreprise: Le Développement Industriel à Spécialisation Flexible en Emilie-Romagne". *Formation — Emploi*, n.º 19.
- Capecchi, V. e Pugliese, E.
1978 "Due Città a Confronto: Bologna e Napoli". *Inchiesta*, n.º 8.
- Cappellin, P.
1991 "Emprego, Família e Debate Sindical: A Discussão sobre a Divisão Sexual do Trabalho". *Anais do Seminário Modelos de Organização Industrial, Política Industrial e Trabalho*. São Paulo, ABET/USP.
- Casassus Monero, C.
1981 "Le Marché du Travail comme Niveau d'Analyse de la Structure de Classes". *Sociologie du Travail*, n.º 2.
- De Meo, G.
1970 *Evoluzione e Prospettive della Forze del Lavoro in Italia*. Roma, Istat.
- Engels, F.
1975 *A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra*. Porto. Ed. Afrontamento.
- Frey, L.
1974 "Le Piccole e Medie Imprese Industriali di Fronte al Mercato del Lavoro". *Inchiesta*, n.º 14.
- Gramsci, A.
1977 "Alguns Temas da Questão Meridional". *Temas de Ciências Humanas*, n.º 1, São Paulo, Ed. Grijalbo.
- Hobsbawm, E. J.
1987 *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Laclau, E.
1986 "Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 2.

- Le Borgne, D.
1991 La Politique Industrielle Régionale en Italie. Paris, Ministère de l'Industrie et de l'Aménagement du Territoire/CEPREMAP, mimeo.
- Lobo, E. S.
1991 *A Classe Operária Tem Dois Sexos*. São Paulo, Brasiliense.
- Maruani, M.
1985 *Mais Qui a Peur du Travail des Femmes?* Paris, Ed. Syros.
- Maruani, M., Reynaud E. e Romani, C.
1989 *La Flexibilité en Italie*, Paris, Ed. Syros/Alternative.
- Maurice, M.
1987 "Réflexions sur les Constituants du Marché du Travail", in M. Maruani e E. Reynaud, *L'Emploi en Allemagne*. Paris, Ed. Alternative/Syros.
- Offe, C.
1989 *Capitalismo Desorganizado*. São Paulo, Brasiliense.
- Oliveira, F. de
1977 *Elegia para uma Re(li)gião*. São Paulo, Paz e Terra.
1987 *O Elo Perdido. Classe e Identidade de Classe*. São Paulo, Ed. Brasiliense.
- Paci, M.
1975 "Crisi, Ristrutturazione e Piccola Impresa". *Inchiesta*, n.º 20.
- Potengy, G.
1986 "As Mudanças nas Relações de Trabalho e o Novo Clientelismo do Campo na Paraíba". *Anais do Seminário Relações de Trabalho e Relações de Poder*. Fortaleza, UFCe/NEPS.
- Poulantzas, N.
1986 *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo, Ed. Martins Fontes.
- Przeworski, A.
1977 "O Processo de Formação das Classes". *Dados*, n.º16.
1989 *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo, Companhia das Letras.
1991 "Le Défi de l'Individualisme Méthodologique à l'Analyse Marxiste". In P. Birnbaum e J. Leca (orgs.), *Sur l'Individualisme*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- Sabel, C.F.
1982 *Work and Politics. The division of labor in industry*. Cambridge. Cambridge University Press.
- Saboia, J.
1991 "Emprego nos Anos Oitenta". *Anais do Seminário Modelos de Organização Industrial, Política Industrial e Trabalho*. São Paulo, ABET/USP.
- Sader, E.
1988 *Quando Novos Personagens Entram em Cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Scott, J.
1990 "L'Ouvrière, Mot Impie, Sordide". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 83.
1988 "Genre, une Catégorie Utile d'Analyse Historique". *Les Cahiers du Grif*, n.º 37/38.
- Thompson, E. P.
1979 *Tradicón, Revuelta y Consciencia de Clase*. Barcelona, Ed. Crítica.
1981 *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros*. Rio de Janeiro, Zahar.
1987 *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.